

# “O movimento feminista no Brasil é o mais organizado da América Latina”

*Organizadora do livro “50 anos de feminismo” fala sobre os percursos da luta das mulheres no continente*

Em meados da década de 2000, a América do Sul observou um fenômeno interessante e inédito. Em um continente marcado pela desigualdade de gênero e pela sub-representação das mulheres na política, pela primeira vez, três mulheres foram alçadas à presidência em seus países. A Argentina elegeu Cristina Kirchner, o Chile, Michelle Bachelet e, o Brasil, Dilma Rousseff.

Para Lucia Avelar, pós-doutora em Ciência Política pela universidade de Yale, não se tratou de uma coincidência, mas de um percurso histórico trilhado pelas mulheres e pelo movimento feminista nesses países. Do insight, nasceu o livro 50 anos de feminismo - Argentina, Brasil e Chile (Edusp), que se debruça sobre a comparação das transformações de gênero nos países que atravessaram períodos autoritários e elegeram mulheres para a presidência.

Em entrevista a CartaCapital, Avelar fala sobre as semelhanças e diferenças entre as feministas argentinas, brasileiras e chilenas e sobre as novas gerações de representantes da luta pelo direito das mulheres.

## **CartaCapital: Como surgiu o interesse de debruçar-se sobre a história do movimento feminista na Argentina, no Brasil e no Chile?**

**Lucia Avelar:** Em um certo momento, mais ou menos entre 2012 e 2014, havia na América do Sul nesses países três mulheres presidentes, a Cristina Kirchner na Argentina, a Dilma no Brasil e a Michelle Bachelet no Chile. Não nos parecia uma coincidência, havia fatores históricos que levaram a esse fato que era a Cristina, a Dilma e a Bachelet governarem concomitantemente.

Escolhemos o marco de 50 anos porque, na verdade, houve um movimento da juventude urbana, não só no Brasil, que antecederam, de algum modo, as ditaduras latino-americanas. Quando elas se instalaram, essa juventude aderiu aos movimentos contra o regime e, as mulheres, aderiram primeiro como pessoas que encontraram movimentos políticos, especialmente os de esquerda. Nessa experiência, depois, com golpe, elas foram para a clandestinidade, tiveram experiência com os colegas homens nesses movimentos. O que elas concluíram, depois de serem presas, exiladas e torturadas, é a existência, sim, de uma hierarquia de gênero mesmo nesses espaços de esquerda.

[\(Carta Capital, 31/05/2017 - Acesse no site de origem\)](#)

## **CC: Quais foram as consequências dessa conclusão?**

**LA:** Elas tomaram a consciência de que alguma coisa precisaria ser mudada na relação homem-mulher. Algumas delas foram para o exterior, principalmente para a Europa, onde estudaram. A Europa foi decisiva para criar um conhecimento sobre as relações de gênero. Quando elas voltaram, viram que os nossos movimentos de mulheres e feministas ainda tinham muito o que fazer.

Quando elas voltaram ao Brasil, deram o passo, importantíssimo, da transição entre uma militância política e feminista. Aí vem toda a história. Foi um momento de ebulição enorme, entre o final dos anos 70 e os 80, de uma transformação cultural, de uma visão de mundo mesmo, das mulheres e de seu papel na sociedade, na política, na família e nas mídias. Porque em tudo havia uma hierarquia: os homens nos cargos de poder e as mulheres no operacional. Assim era no Judiciário, nos sindicatos e até em áreas mais abertas, como a universidade, não havia mulheres reitoras.

Acho que esse livro mostra uma história de conquistas e do quanto nós conseguimos caminhar e ainda que há muito por fazer. Por exemplo, no dia do lançamento do livro, uma alegria enorme que tivemos foi ver muitos jovens, muitos. Muitas mulheres jovens, mas também homens que hoje já têm uma visão das relações de gênero muito diferente e que estão mais incorporados culturalmente nessa mudança que é estrutural.

**CC: Nas novas gerações, o acesso ao feminismo vem por meio da Internet e do Facebook, e se tem a impressão de que são coisas novas, mas muitas discussões datam de anos atrás.**

**LA:** A Internet é poderosa a curto prazo, mas são os livros que trazem toda a história, que a contextualizam. Acho que uma coisa não substitui a outra. Quem só lê pela Internet fica muito no aqui e agora.

**CC: Quais são as principais semelhanças que podemos apontar entre os movimentos feministas dos três países? Quais as particularidades de cada país?**

**LA:** Em primeiro lugar, é surpreendente, mas os movimentos feministas no Brasil conseguiram se estruturar e se organizar de um modo muito mais completo do que na Argentina e no Chile.

As mulheres que começaram lá atrás, na década de 1960 e 1970, via partidos políticos e que depois foram para o feminismo, já tinham uma experiência de organização política.

Quando se completou a transição democrática, e aí há uma particularidade importantíssima, que só o Brasil, dos três países, teve uma nova Constituição. Nela, muitas conquistas foram escritas. Por exemplo, o Brasil organizado em movimentos de direitos humanos teve uma presença muito grande na Assembleia Constituinte, com lobbies fortíssimos junto aos deputados e senadores e, com isso, houve uma inovação muito grande nos capítulos da Constituição de 1988.

Pessoalmente, eu me lembro de muitos deputados conservadores revoltadíssimos, dizendo que aquilo era absurdo, que a Constituição era absurda, que não fazia jus ao Brasil. A verdade é que os grupos organizados tiveram uma vitória muito grande em 1988.

**CC: Como o movimento se formou na Argentina?**

**LA:** Essa é uma diferença super importante. A Argentina já havia feito, no início dos anos 90, em um momento muito especial, conseguiram passar do voto proporcional de lista aberta para a fechada e os movimentos de mulheres conseguiram introduzir aquela cota de gênero real, em que nas listas de candidatos que vão concorrer, a cada três nomes, aparecesse um nome de mulher.

Essa é a diferença na Argentina. Mas, segundo depoimentos de lideranças de mulheres argentinas, elas ficam muito atrás na institucionalização de movimentos, nos diálogos dos movimentos de mulheres com o estado, com a entrada desses movimentos nos ministérios ou nas prefeituras.

Lá não se consegue ir do regional para o local, como acontece, por exemplo, na Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. As brasileiras tem um contato direto com os movimentos e levam os movimentos organizados para o plano nacional. Uma coisa, como tivemos no passado, conferências nacionais de mulheres, o Chile e a Argentina nunca tiveram.

Aquilo era para fazer uma agenda da prioridade de atendimento que o estado deveria dar nas políticas públicas para as mulheres. Isso foi uma conquista. A implementação dessas políticas públicas é outra história, mas isso ficou. Foi um capítulo que a gente escreveu.

Na Argentina, muito longe disso, elas nunca tiveram redes, mesmo com a Cristina Kirchner. Os movimentos reclamavam muito dela. Diziam que o Néstor parecia mais aberto do que ela [às demandas das mulheres].

### **CC: Como foi o governo de Bachelet no Chile?**

**LA:** No caso da Bachelet, é preciso fazer uma distinção enorme entre o primeiro e o segundo mandato. No primeiro, ela realmente fez arranjos institucionais, incorporando lideranças feministas e as políticas avançaram muito, por exemplo, creche e a previdência. No Chile a Previdência é um caso seríssimo, onde estão fazendo o movimento contrário ao brasileiro. É uma história linda, na verdade.

Elas caminharam por um lado, nós conseguimos avançar, depois nós retrocedemos e agora elas estão avançando. Tudo isso estamos contando no livro. E o incentivo que a Bachelet deu na representação política das mulheres, é porque o Chile vai tão mal na representação formal quanto o Brasil, enquanto a Argentina está lá na frente, com 40% de representação. Nós e o Chile ficamos nos 10%.

Foram avanços importantes, mas no segundo mandato da Bachelet houve uma série de constrangimentos, da comunidade financeira internacional inclusive, e ela retrocedeu na política pública para mulheres.

É essa a comparação que pensamos. Como os avanços das políticas para as mulheres, por conta desses movimentos de décadas e décadas, tem que ser contextualizados historicamente. Não dá para falar numa chave única. É preciso realmente contextualizar.

### **CC: Você chegou a citar que é “surpreendente” observar como o movimento de mulheres no Brasil é bem organizado. Por que temos a impressão de que aqui temos menos organização do que na Argentina, por exemplo?**

**LA:** Acho que é a organização do ponto de vista hierárquico. Como é que você transmite os interesses do local ao nacional? Por exemplo, na Argentina, existe uma questão que eu discuti muito com as colegas e pedi para me explicarem: por que vocês estão sempre na rua protestando? Nós, os brasileiros, só protestamos muito recentemente. Eles não, qualquer coisa estavam nas praças. E no Brasil não, nunca houve grandes movimentos de massa, o primeiro foi o pelas Diretas Já, no final da década de 1980. Enquanto isso a Argentina já tinha feito milhares de manifestações.

Então, há uma diferença entre o que se dá no Brasil e os movimentos de massa na Argentina, que acontecem e depois recuam, onde não há uma continuidade de trabalho que levem os interesses às mais diferentes entradas que estado oferece, de acordo com a disponibilidade do governo de plantão, claro.

### **CC: Onde estavam essas entradas no estado brasileiro nos governos Lula e Dilma?**

**LA:** Era muito interessante, porque havia uma cooperação horizontal da máquina estatal, por exemplo, havia no MDS secretarias que cooperavam com a Secretaria de Políticas para Mulheres. No Ministério do Desenvolvimento Agrário, as trabalhadoras agrícolas também fazia essa rede horizontal para propor uma política favorável a cada tipo de movimento. Isso você não teve na Argentina e teve muito pouco no Chile. Acho que só no México há alguma coisa parecida conosco.

**CC: Como você vê essa nova geração de feministas na América do Sul?**

**LA:** Elas estão recebendo um bom caminho, digamos assim. O mundo digital para elas já é fonte de mobilização, de um lado. A questão, por exemplo, do feminismo incorporar também os movimentos LGBT. Essa manifestação pública, que vai e depois se dissolve, e volta para as suas organizações locais ou regionais, isso é uma herança que estamos deixando para as novas gerações de feministas no Brasil.

No caso do Chile, por exemplo, o que está acontecendo é que os mesmos movimentos feministas não incorporaram, por exemplo, as mulheres indígenas. Essa temática da interseccionalidade, os movimentos feministas chilenos agora que estão se abrindo para essa realidade.

A Argentina se gaba de ter representação provincial e, com isso, elas conseguiram algumas coisas importantes. Por exemplo, se a Kirchner não fazia grandes coisas, foi ela que fez a legislação mais avançada para os LGBTs. A juventude está repensando. No nosso livro, há um artigo da Flavia Rios sobre mulher negra no Brasil. Aqui, essa realidade da invisibilidade da mulher negra na história dos movimentos está sendo resgatada.

**CC: No Brasil, no Chile e na Argentina há um histórico de marginalização das mulheres na esfera política. No entanto, a Argentina hoje apresenta índices altos de representatividade institucional, em comparação com o Brasil. É possível tirar lições do contexto argentino?**

**LA:** Eu não tenho muitas esperanças. Nós já tivemos algumas oportunidades históricas para mudar a legislação eleitoral e sempre saímos sempre piores do que entramos. Acho que o clube do bolinha partidário oligárquico que rege o Brasil é muito forte. É forte demais. A organização regional da política, no centro, é muito difícil de mudar. Acho que, sem dúvidas se olharmos a representação da Câmara e no Senado, vemos que é o mesmo tipo de representação, que sobreviveu a vários regimes políticos, sobreviveram ao café com leite, à ditadura e continuam firmes e fortes.

Um dado que eu tive outro dia sobre jovens deputados no Brasil é que a maioria é filho de famílias de políticos. Acho que vale a pena aprofundar o estudo dessa continuidade oligárquica no Brasil e, com isso, a gente consegue compreender melhor a dificuldade das mulheres de ter uma representação maior. É um clube fechado.

Raramente há lideranças autênticas, a não ser que ela arraste muitos votos como no passado ocorreu com a Marta Suplicy. Mas isso já acabou, e não vejo hoje boas lideranças que se imponham aos quadros partidários. Há uma renovação muito pequena na Câmara de Vereadores, no âmbito local, em algumas regiões brasileiras, há um aumento na representação de mulheres, mas no plano estadual e nacional a coisa continua bem fechada.

**CC: Como você analisa a visibilidade do movimento feminista hoje no Brasil?**

**LA:** A nossa intenção, quando se organizou a pesquisa, era de que o debate feminista, sobre

questões de gênero e sobre as políticas públicas para mulheres ganhasse mais visibilidade nas mídias. Porque nunca falam da gente. O percurso histórico que conversamos não existe na grande mídia, é como se não tivesse existido. Quando falamos entre nós, parece que é mentira, mas é falta de pesquisa. A nossa esperança é que ganhemos mais visibilidade, mais legitimidade e que a nova geração de jovens venha junto.

---

## **Mulheres apoiam nota de Dilma em crítica à sórdida capa de Veja sobre Marisa**

Texto assinado por diversas mulheres do meio político, além de ativistas e entidades, entre elas a ex-ministra Eleonora Menicucci, diz que as “mulheres comprometidas com a tolerância zero contra qualquer forma de violência de gênero” apoiam a nota divulgada pela presidente deposta Dilma Rousseff, que condena “o jornalismo desqualificado e grotesco” da revista Veja; “A revista Veja desta semana julga ser necessário ferir sua memória, atingindo tudo o que ela mais amou”, diz a carta; leia a íntegra.

[\(Brasil 247, 15/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

247 - Um carta assinada por diversas mulheres do meio político, além de ativistas e entidades, diz que as “mulheres comprometidas com a tolerância zero contra qualquer forma de violência de gênero” apoiam a nota divulgada pela presidente deposta Dilma Rousseff, que condena a capa da revista Veja sobre Marisa Letícia.

Na nota, Dilma afirma que “o Brasil não merece esse jornalismo desqualificado e grotesco” e que a publicação não respeitou a ex-primeira-dama enquanto viva, nem depois de morta.

“A revista Veja desta semana julga ser necessário ferir sua memória, atingindo tudo o que ela mais amou”, diz a carta das mulheres, destacando Marisa como “uma das mais queridas figuras da história recente de nosso País”.

Leia abaixo a íntegra:

### **Mulheres apoiam a nota de Dilma Rousseff: “Veja ataca covardemente Marisa Letícia”**

Nós, mulheres comprometidas com a tolerância zero contra qualquer forma de violência de gênero, com a luta pela democracia e a volta do estado de Direito Democrático em nosso país, apoiamos a nota que a Presidenta eleita e reeleita no Brasil, como a primeira mulher a governar o Brasil, soltou hoje - dia 13/05/17 em repúdio a Revista Veja e em solidariedade ‘a Dona Marisa Letícia Lula da Silva, outra grande e guerreira mulher brasileira.

Uma das mais queridas figuras da história recente de nosso País, Marisa Letícia Lula da Silva faleceu em fevereiro, vítima de um persistente e injusto ataque. Feriram a ela, ao seu companheiro de vida, seus filhos, enfim, a toda a família. Uma mulher que amava seu País e

tinha profundo compromisso com o povo brasileiro. Agora, mesmo depois de sua morte, continua sendo alvo da mais cruel perseguição pela mídia.

Não foi suficiente a devassa sofrida em seu lar, vasculhado por policiais, na vida privada invadida, na pressão sobre filhos e netos. Não bastaram os grampos injustificados e as acusações sem provas que corroeram sua saúde.

A revista Veja, desta semana, julga ser necessário ferir sua memória, atingindo tudo o que ela mais amou. Essa campanha perversa e sórdida de destruição da imagem do ex-presidente Lula usa do que há de pior no jornalismo para levantar as mais perversas calúnias e falsidades.

O Brasil não merece esse jornalismo desqualificado e grotesco. Se não a respeitaram em vida que a respeitem depois de morta.

Assinam:

*Secretaria Nacional de Mulheres da CUT Nacional; Secretaria Nacional de Mulheres do PT, Partida Feminista do PR*

*Eleonora Menicucci, Tereza Campelo, Nilma Gomes, Miriam Belchior, Ines Magalhães, Gleisi Hoffman, Fatima Bezerra, Maria do Rosário, Benedita da Silva, Iriny Lopes, Denise Mota Dau, Carmem Foro, Francly Guedes, Guiomar Lopes, Maria Celeste Martins, Ludmila Mafra, Ana Maria Costa, Antonia de Araújo, Juliana Cardoso, Juliana Bemfica, Monica Lima, Betania Ávila. Associação Ciranda das Mulheres de Feira de Santana, Andrea Esmeralda, Debora Lann, Maria Eugênia Castilho, Elisabete Cruz, Virginia Barrel, Lucia Reali, Claudia Dutra, Ana Paula Duarte, Terezinha Gonçalves, Juliana Bueno, Linda Goulart, Raimunda Damascena, Rosa de Lourdes Santos, Simone Schaffer, entre outras 300 mulheres*

---

## **Dilma Rousseff faz homenagem a Dona Marisa: ‘Dia triste para todos’**

*‘Imagino que a dor de Lula agora é insuportável’, escreveu ela no Facebook*

**(O Globo, 02/02/2017 - acesse no site de origem)**

A ex-presidente Dilma Rousseff publicou um post em sua página no Facebook prestando homenagens à Dona Marisa e descrevendo a importância dela para a trajetória do ex-presidente Lula. A mensagem foi divulgada pouco depois de a família da ex-primeira dama autorizar os procedimentos para a doação dos seus órgãos.

Dona Marisa está internada há dez dias no Hospital Sírio Libanês, depois de sofrer um acidente vascular cerebral (AVC). Nesta quinta-feira, a equipe médica detectou ausência de fluxo cerebral na paciente. Sua morte não foi declarada oficialmente, mas, diante do quadro “irreversível”, os familiares dela autorizaram a doação de seus órgãos.

“Hoje é um dia triste para todos nós, que conhecemos e admiramos Dona Marisa Letícia”,

escreveu Dilma. “Sabemos do amor e da força que sempre emprestou ao presidente Lula. Uma mulher de fibra, batalhadora, que conquistou espaço e teve importante papel político”.

A ex-presidente segue seu post lembrando da importância de Dona Marisa para a própria vida política de Lula, servindo de base para ele.

“Dona Marisa foi o esteio de sua família, a base para que Lula pudesse se dedicar de corpo e alma à luta pela construção de um outro Brasil, mais justo, mais solidário e menos desigual, desde as primeiras reuniões sindicais na Vila Euclides, passando pela fundação do PT e da CUT, até a chegada à Presidência da República”.

Dilma termina sua homenagem à ex-primeira dama dizendo que, nos últimos meses, Lula e sua mulher “experimentaram na pele grandes injustiças”.

“Nos últimos meses, ela e o presidente Lula foram vítimas de perseguições e experimentaram na pele grandes injustiças. Imagino que a dor de Lula agora é insuportável. Mas tenho certeza de que ele saberá superar este momento difícil, recebendo de todos nós, seus companheiros e admiradores, e do povo brasileiro, muitas preces e orações, repletas de carinho e solidariedade.

Estamos juntos, presidente Lula, agora e sempre”.

---

## **É intolerável que o machismo justifique o feminicídio, diz Dilma sobre chacina**

A ex-presidente Dilma Rousseff considerou a chacina de Campinas (SP), onde um **homem de 46 anos matou 12 pessoas, entre elas o filho e a ex-mulher**, como mais um “exemplo” de feminicídio- violência contra a mulher por razões de gênero.

“A misoginia [ódio, desprezo por mulheres] mata todos os dias. Matou Isamara Filier, uma criança, outras oito mulheres e três homens. É intolerável que o machismo encontre eco no pensamento conservador e justifique o feminicídio”, publicou em seu perfil no Facebook.

Em uma **carta enviada para amigos antes de cometer os assassinatos**, o técnico de laboratório Sidnei Ramis Araújo fez críticas à ex-mulher e a acusou de tê-lo afastado do filho. No documento, o atirador critica também o que ele considera um “sistema feminista”, que determinou as regras para o relacionamento entre pai e filho.

“Morto tbm já estou, pq não posso ficar contigo, ver vc crescer, desfrutar a vida contigo por causa de um sistema feminista e umas loucas. (...) Eu morro por justiça, dignidade, honra e pelo meu direito de ser pai! A vadia foi artilosa e inspirou outras vadias a fazer o mesmo com os filhos, agora os pais quem irão se inspirar e acabar com as famílias das vadias. As mulheres sim tem medo de morrer com pouca idade”, escreveu.

Em sua carta, Sidnei chegou ainda a afirmar que não era machista. “Filho, não sou machista e não tenho raiva das mulheres (essas de boa índole, eu amo de coração, tanto é que me apaixonei por uma mulher maravilhosa, a Kátia) tenho raiva das vadias que se proliferam e muito a cada dia se beneficiando da lei vadia da pena! [em referência à Lei Maria da Penha] (...) Sei que me achava um frouxo em não dar uns tapas na cara dela, más eu não podia te dizer as minhas pretensões em acabar com ela! Tinha que ser no momento certo.”

Diante do crime, Dilma considera que o momento é de fortalecer a política de direitos humanos com o objetivo de defender as mulheres de toda a cultura de violência e ódio contra elas. “Devemos defender com firmeza a Lei Maria da Penha e fazer valer a Lei do Femicídio para que a impunidade não seja mais escusa para novas mortes”, concluiu.

Em março de 2015, a então presidente sancionou [a Lei nº 13.104](#) que inclui o [feminicídio no rol dos crimes hediondos](#).

Na prática, a classificação como “crime hediondo” impede que os acusados sejam libertados após pagamento de fiança. Além disso, determina que a morte de mulheres por motivos de gênero é um agravante do homicídio e prevê o aumento das penas, que poderão variar de 12 a 30 anos.

## **Chacina de Campinas**

Faltando poucos minutos para a meia-noite de domingo (1º), Sidnei pulou o muro da casa em que a ex-mulher, Isamara Filier, 41, e o filho, João Victor Filier de Araújo, 8 anos, festejavam em família a virada de ano e começou a atirar. Ao todo, 12 pessoas foram mortas e três vítimas baleadas se encontram em hospitais da região.

A polícia foi chamada após um dos sobreviventes, de 17 anos, ter conseguido se esconder no banheiro. Em seu depoimento, o jovem disse que achou que os disparos fossem fogos de artifícios. Ao perceber que se tratavam de tiros, correu para um banheiro da casa e se trancou no local. Um outro sobrevivente também conseguiu fugir do atirador ao se esconder no banheiro.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o atirador portava uma pistola 9mm, com cartucho reserva. Além disso, artefatos que aparentavam ser explosivos foram encontrados com ele.

Os corpos do atirador e das vítimas foram enterrados na manhã desta segunda-feira (2).

---

## **[Secretária de Políticas para as Mulheres de São Paulo fala sobre avanços e desafios](#)**



## do órgão que corre risco de extinção

*Às vésperas da mudança da gestão municipal e em meio ao debate sobre a opção do prefeito eleito, João Dória Jr., de extinguir diversas secretarias para enxugamento da máquina pública, a Agência Patrícia Galvão entrevistou a primeira secretária municipal de Políticas para as Mulheres na cidade de São Paulo, Denise Motta Dau. Na conversa, Denise apresentou um balanço do que foi realizado nos últimos quatro anos e falou sobre os desafios ainda postos para consolidar um projeto de gestão com perspectiva de igualdade de gênero e raça nas administrações públicas brasileiras.*

**(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 16/12/2016)**

São Paulo, a maior e mais rica capital do país, onde vivem cerca de 6 milhões de mulheres, dispõe de apenas 5 Centros de Referência e 5 Centros de Cidadania especializados nas questões atinentes aos direitos das mulheres, uma casa abrigo de endereço sigiloso e, desde o último dia 9, uma Casa de Passagem aberta em regime de conveniamento. O município dispõe de um [ônibus que leva plantões de uma psicóloga e uma assistente social às regiões](#) para realização do primeiro atendimento e desenvolve o projeto Guardiã Maria da Penha. Criado em junho de 2014, este último capacita agentes da Guarda Municipal que monitoram o cumprimento de medidas protetivas expedidas com base na Lei nº 11.340/2006. No entanto, até o momento o projeto chegou a apenas 15 bairros da região central da cidade.

São seis os [serviços de saúde que realizam atendimento especializado às vítimas de estupro](#) e procedimentos de interrupção de gravidez previstos em lei na capital. Fazem parte ainda da rede de atenção às mulheres 14 [Centros de Defesa e de Convivência da Mulher](#) (CDCMs) geridos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), que têm capacidade para atendimento social, psicológico e de orientação jurídica a no máximo 1.510 mulheres em situação de violência doméstica ou de vulnerabilidade social simultaneamente. Os 52 [Centros de Referência de Assistência Social](#) (CRAS) completam a rede municipal de atendimento às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, que se articulam com as também insuficientes políticas públicas estaduais, como [delegacias](#), [juizados](#), [Grupo Especializado do Ministério Público no enfrentamento à violência doméstica](#) (Gevids) e o [Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública](#) (Nudem).

### **O que foi feito até hoje e o que ainda está no papel**

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM-SP), ao longo dos últimos quatro anos foram realizados cerca de 8 mil atendimentos nos serviços municipais especializados de atenção às mulheres vítimas de violência (CCMs, CRMs, unidade móvel e projeto Guardiã Maria da Penha). A Casa de Passagem Rosângela Rigo é alugada e o valor do conveniamento com a entidade União Populares de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências (UPm), por 12 meses, é de R\$ 1.737.054,96. Outra unidade em construção na Zona Sul da cidade, em terreno da Prefeitura, tem orçamento total aprovado para a obra, formação e equipe de R\$ 3.073.872,76 – sendo R\$ 2.333.912,57 do governo federal (convênio aprovado e assinado em 2014) e R\$ 739.960,19 da Prefeitura.

Há ainda outro projeto de atenção às mulheres em situação de violência que contaria com a participação do município. A [Casa da Mulher Brasileira](#), projeto do governo federal em

parceria com a Prefeitura e cuja obra está paralisada. Pelo convênio assinado em agosto de 2013, a municipalidade seria a responsável, pelo período de dois anos após a abertura da unidade, pela gestão da manutenção do espaço e por serviços de apoio social e psicológico.

Diante desse quadro, é fundamental incrementar os investimentos e políticas para assegurar a todas as cidadãs paulistanas a garantia de seus direitos e atendimento digno para promoção de uma vida sem violência. Para o orçamento de 2017, o [projeto de lei enviado pelo executivo municipal à Câmara de Vereadores](#) destina R\$ 34,7 milhões à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e R\$ 15,9 milhões à Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (que neste ano de 2016 teve orçamento de R\$ 28.685.037,00 - o que significa uma redução de quase metade da dotação para o ano que vem). Em 2016 a SMPM recebeu 0,01% do orçamento municipal ([R\\$ 22,1 milhões](#)).

## **Confira abaixo a entrevista com a secretária Denise Motta Dau:**

**Primeiramente gostaria que você falasse sobre o que avançou em termos de políticas para as mulheres na cidade desde a criação da Secretaria até hoje.**

A Secretaria foi criada já no primeiro dia de governo do prefeito Fernando Haddad, fruto de um diálogo sobre uma reivindicação histórica apresentada pelo movimento feminista e pelos movimentos sociais. Tanto a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial quanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres são frutos desse diálogo. Lembrando também que, na cidade de São Paulo, esses movimentos têm uma história de avanços desde a criação do primeiro serviço municipal de atendimento às mulheres, que é o Centro de Referência Eliane de Grammont, pela então prefeita Luiza Erundina em 1990. Depois esses serviços foram gradualmente se expandindo e, em 2001, foi criada a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, na gestão da prefeita Marta Suplicy.

Junto com a implantação de diversos serviços e projetos, no plano federal cria-se em 2003 a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e também a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial - com a qual é fundamental trabalharmos, na questão transversal das mulheres negras. E isso estimulou muito que estados e municípios fossem também criando organismos de políticas para as mulheres (departamentos, coordenadorias e, em especial, secretarias), a partir dos projetos e políticas em nível federal.

Durante nossa gestão, na área de autonomia econômica e em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, na gestão da então ministra Eleonora Menicucci e ainda no governo da presidenta Dilma, fizemos um convênio para implantação de um projeto de capacitação de mulheres na perspectiva da economia solidária, para ser implementado nos nossos Centros de Cidadania da Mulher e que previa ao final a estruturação de dez grupos produtivos de mulheres. A reestruturação dos Centros, que estimulam a capacitação profissional, a auto-organização e a participação política, também foi importante.

E na área de participação social, criamos os Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres, que possibilitaram que as mulheres atuassem em seus territórios e regiões. São 20 representantes da sociedade civil eleitas por subprefeitura, que podem monitorar, fiscalizar e acompanhar as políticas a partir desses fóruns, o que impulsionou a participação das mulheres na recente eleição para composição do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.

## **E quantas mulheres já passaram pelo projeto? Ele ainda está em vigor?**

O projeto está funcionando e esperamos que em 2017 tenha o seu desenvolvimento e a sua conclusão. Já foram capacitadas cerca de 500, e a ideia é responder à grande dificuldade que as mulheres têm na economia solidária, que é a escoação da produção, entrar nos grandes mercados. Então, estamos desenvolvendo uma parceria com a Secretaria do Desenvolvimento e Trabalho para que as mulheres possam ter acesso a esses mercados, porque na gestão do prefeito Fernando Haddad foi criada também uma incubadora de economia solidária.

E o outro projeto nessa área da autonomia econômica é o Centro de Orientação ao Emprego Doméstico, implantado no Centro de Apoio ao Trabalho da Luz, em parceria com a Secretaria do Trabalho, onde damos orientações para empregadoras e e trabalhadoras domésticas sobre a legislação, com a intenção de contribuir para a formalização do trabalho doméstico na cidade.

## **E quanto à questão do enfrentamento à violência contra as mulheres, o que avançou?**

### **Atenção à mulher vítima de violência na cidade de São Paulo**

- Os CRMs e CCMs atendem, em média, 150 mulheres por mês.
- A Casa Abrigo aloja até 20 pessoas (mulheres e filhas/os) simultaneamente.
- A Unidade Móvel de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência (ônibus itinerante com atendimento de psicóloga e assistente social) já atendeu individualmente mais de 550 mulheres.
- O programa Guardiã Maria da Penha já atendeu 582 mulheres, tendo sido realizadas 24.533 visitas. Atualmente 137 mulheres estão em acompanhamento.

**Fonte: SMPM**

No enfrentamento à violência contra a mulher e também na ampliação dos serviços, reformamos e reequipamos os serviços já existentes - todos os [Centros de Cidadania da Mulher](#) e os [Centros de Referência da Mulher](#) Casa Brasilândia e Casa Eliane de Grammont. E implantamos mais dois centros de referência - um no Capão Redondo, na Zona Sul da cidade, e um em São Miguel Paulista, na Zona Leste. Reformamos integralmente a nossa Casa Abrigo Helenira Rezende, de endereço sigiloso, e inauguramos no último dia 9 de dezembro um serviço que fazia muita falta em nosso Estado, que é uma casa de passagem para hospedagem temporária que faz também o atendimento de urgência a mulheres que não são caso para abrigamento por período mais longo. Se não dermos esse atendimento emergencial, muitas dessas mulheres serão obrigadas a voltar para o convívio com o agressor por falta de opção de local de moradia e podem ser assassinadas. Até agora tínhamos essa lacuna na rede de serviços. Lá na [Casa da Mulher Paulista Rosângela Rigo, na Zona Norte](#), as mulheres podem ficar 15 dias renováveis por mais 15.

Outro projeto importante no enfrentamento à violência é o Guardiã Maria da Penha. Por meio de uma parceria com o [Ministério Público](#) e com a Secretaria Municipal de Segurança são realizadas visitas domiciliares de monitoramento para ver se os agressores estão tentando se

aproximar dessas mulheres. E iniciamos a construção da Casa da Mulher Paulistana da Zona Sul, no terreno anexo à Casa Eliane de Grammont, com dinheiro do governo federal. Esta construção é fruto de um convênio realizado em 2014 com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

### **E a Prefeitura é responsável pela gestão da obra?**

Não é só a gestão da obra, como no caso da Casa da Mulher Brasileira, que é um programa federal e nós entramos com a gestão. No caso da Casa da Mulher Paulistana, é um convênio mesmo, nos candidatamos em um edital aberto pela Secretaria de Enfrentamento à Violência da SPM do governo federal, apresentamos o projeto e a cidade foi contemplada. Então, o projeto é financiado com 70% de verbas federais (R\$ 2,3 milhões) e 30% de verbas nossas (R\$ 739,9 mil). O terreno é municipal, o dinheiro já foi liberado e as obras foram iniciadas.

### **As visitas do Guardiã Maria da Penha estão sendo realizadas de quanto em quanto tempo? E quantas mulheres são monitoradas?**

Essas visitas são feitas diariamente e até o momento temos um total de 24.533 visitas realizadas, com uma média mensal de 817 visitas.

### **No último dia 13 de dezembro também foi lançado o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, mas seu conteúdo ainda não foi publicado. Como o Plano se articula com as ações já implementadas e quais são os desafios que ainda estão postos, já que estamos longe de termos resolvido todos os problemas das mulheres paulistanas em termos de políticas públicas.**

Durante toda esta gestão foi debatido e pactuado quais seriam as prioridades na construção do Plano Municipal, a partir das discussões na 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, realizada em setembro de 2015, de consultas *online* e audiências públicas regionais. Todos esses projetos que fizemos ainda são insuficientes para alcançarmos nosso objetivo final, que é tornar a cidade de São Paulo igualitária, com oportunidades iguais para homens e mulheres, o que está previsto nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Então, a Secretaria foi toda estruturada, desde o ponto de vista da parte física e dos trâmites burocráticos e do ponto de vista da política pública e da construção das ações. E conseguimos comprometer as várias secretarias municipais com metas, responsabilidades, ações e prazos, para consolidar de fato um plano transversal, porque as políticas para as mulheres precisam estar nas várias políticas públicas da cidade, nas diversas áreas.

### **Aproveitando esse gancho, quem considera que não é necessária a Secretaria de Políticas para as Mulheres ou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial apresenta exatamente este argumento, de que as políticas para as mulheres e de combate ao racismo têm que estar presentes em todas as secretarias. Tendo em vista que a transversalidade é um pressuposto verdadeiro, qual é, na sua avaliação, o problema nessa concepção que desconsidera a importância da estrutura de gestão?**

O problema é que a Secretaria tem a responsabilidade de articular, monitorar e construir seus próprios projetos de ampliação dos serviços, assim como aqueles que são transversais. Se não temos dentro da administração pública um organismo com poder, orçamento, recursos humanos e estrutura para essa pactuação transversal ocorrer, ela não acontecerá na medida necessária. Assim fica muito difícil que a visão de gênero esteja nas várias áreas.

**A Prefeitura criou também o portal [São Paulo Diverso](#), que traz uma série de indicadores socioeconômicos com recorte racial mas tem poucos dados na perspectiva de gênero. Existe algum projeto nesse sentido dentro da SMPM?**

O *São Paulo Diverso* foi idealizado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. E contribuimos exatamente com a política de fortalecer a questão de gênero dentro desse diagnóstico e dessa articulação com as empresas. Inclusive há a ideia de se criar um banco de dados de profissionais negros para que as empresas possam consultar. Porque sabemos que o tripé estruturante das desigualdades sociais leva em conta gênero, raça e classe; então, é fundamental que essas duas secretarias trabalhem de forma articulada, o que inclusive é uma meta do Plano Municipal. Porém, infelizmente foi anunciada a extinção das duas secretarias.

Nesse sentido, considero importante destacar a importância do recém-eleito Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, para que se mantenha o diálogo com a sociedade civil e o monitoramento dessas políticas e projetos. Porque são políticas necessárias que estavam em consolidação e é fundamental que haja um diálogo com os representantes das 25 secretarias de governo no Conselho para continuidade ou repactuação dessas políticas e para que não haja retrocessos para os direitos das mulheres.

---

## **Como primeira presidenta, Dilma deixou algum legado para as mulheres?**

Na última quarta-feira, Dilma Rousseff se despediu em caráter definitivo do Planalto após a aprovação do impeachment no Senado e, assim, encerrou cinco anos e meio de mandato da primeira representante feminina no posto mais importante do país. Em seu discurso final, ela deixou uma mensagem para as mulheres.

**[\(BBC Brasil, 01/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

“Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar”, afirmou.

Mas qual foi, de fato, o legado que a primeira ‘presidenta’ deixou para as brasileiras?

Para ativistas e cientistas políticas, o saldo “foi positivo, mas poderia ter sido melhor”.

“Dilma fez diferença, não só por ser mulher, mas por ser mulher consciente do seu lugar no mundo e consciente das desigualdades de gênero – e por ter lutado contra isso”, avaliou Jacira Melo, diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão.

As especialistas ouvidas pela BBC Brasil citaram principalmente avanços na questão do combate à violência doméstica, da representatividade na política e da independência financeira



da mulher.

As maiores críticas ficaram por conta de dois temas polêmicos: os direitos reprodutivos e a questão da diversidade sexual.

A BBC Brasil preparou uma lista com algumas das principais reivindicações de grupos que defendem a igualdade de gênero e traz análises sobre o quanto esses tópicos avançaram ou retrocederam nos últimos anos, além de falar das expectativas para o próximo governo.

### **Representatividade da mulher na política**

O Brasil ocupa o 155º lugar no ranking de igualdade entre homens e mulheres na política, segundo levantamento do IPU (Inter-Parliamentary Union) em agosto com 193 países. Atualmente, 10% da Câmara dos Deputados é formada por mulheres e, no Senado, elas são 13%.

Por tudo isso, a participação feminina em secretarias e ministérios, segundo as especialistas, seria essencial para garantir não só a representatividade delas, como também para que as questões de gênero sejam colocadas em pauta.

“A democracia não se completa sem a participação real das mulheres. Mulheres e homens, no exercício da liderança política, devem estar comprometidos com a plataforma de direitos das mulheres entre as grandes prioridades políticas”, afirmou à BBC Brasil Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.



Em cerimônia no Senado, Michel Temer tomou posse como presidente; ativistas criticam falta de representatividade das mulheres no governo dele (Foto: Beto Barata/PR)

No aspecto dos ministérios, Dilma ganhou destaque por ter nomeado o maior número de ministras mulheres na história do país – foram 18 em diferentes momentos de seus cinco anos

e meio de governo.

“Ela queria que tivesse havido paridade de ministros, metade mulher e metade homem. Mas por conta de brigas internas do PT não houve. (Mas) foi uma diferença brutal, porque nunca tivemos um governo com um número tão grande de mulheres. E isso estimula várias mulheres a participarem da política”, disse Maria do Socorro Braga, professora de Sistemas Democráticos e Teoria Política Democrática da Ufscar.

Nesse ponto, a falta de mulheres nos ministérios de Temer teve repercussão negativa tanto no Brasil quanto internacionalmente. “O Brasil passou a ser um dos pouquíssimos países do mundo sem mulheres no comando de ministérios”, pontuou Gasman.

“Não estamos debatendo que precisa ter mulher nesse ou naquele lugar só porque é mulher. Estamos dizendo que o Brasil no século 21 tem mulheres com capacidade para estar em qualquer um dos ministérios. E nós somos 52% da população, que ali não está representada. Temos muita gente qualificada”, avaliou Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão.

Em uma das medidas para amenizar as críticas, Temer nomeou Flávia Piovesan para a Secretaria de Direitos Humanos. Em entrevista à BBC Brasil em maio, ela admitiu que há necessidade de mais representatividade das mulheres - mas não só na política.

“Tem que avançar e espero que avancemos. Eu creio que temos que avançar em todas as áreas. No Executivo, no Legislativo, onde as mulheres são ainda 10%, no Judiciário. Ainda é muito reduzida nossa representatividade.”



Flavia Piovesan assumirá secretaria que ficará sob guarda-chuva do Ministério da Justiça (Foto: Enamat)

## Direitos reprodutivos

A questão que causa mais polêmica entre as reivindicações de grupos de mulheres é a dos direitos reprodutivos - que incluem a luta pela legalização do aborto.

Com a primeira presidente mulher no poder, havia uma expectativa de que essa causa pudesse ser ao menos colocada em pauta por parte do Executivo - algo que não aconteceu.

“Para mim, uma das grandes tristezas do governo Dilma foi ver que a discussão sobre os direitos reprodutivos das mulheres não avançou em nada, pelo contrário. O tema foi totalmente silenciado”, disse à BBC Brasil a antropóloga Debora Diniz, do instituto de bioética Anis.

“Mesmo com uma ministra absolutamente engajada (Eleonora Menicucci, na Secretaria de Políticas para Mulheres), nada avançou, porque ela não podia falar nada. E, para falar a verdade, foi um retrocesso se olharmos para o fato de que os serviços que oferecem aborto legal (para os casos previstos em lei) foram cortados pela metade nesse governo.”



Dilma Rousseff citou as mulheres em seu discurso de defesa no Senado: “Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras” (Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado)

Para Nalu Faria, da coordenação nacional da Marcha das Mulheres, o debate acabou prejudicado pela conjuntura conservadora tanto do Congresso, quanto da sociedade brasileira. Ela menciona a estratégia de José Serra, então candidato à Presidência pelo PSDB em 2010, de chamar Dilma de “abortista” na campanha.

“A partir do que foi a campanha, a gente já percebeu que ia ser muito difícil (abordar essa questão). A Dilma foi colocada contra a parede. E depois disso ela não pôde ampliar o tema porque havia um conjunto de forças desfavoráveis”, afirmou. “Mas com certeza faltou um posicionamento mais forte dela.”



As perspectivas para essa questão não agradam as analistas. A ex-deputada Fátima Pelaes, que assumiu a Secretaria da Mulher no governo de Temer, era a favor da descriminalização do aborto, mas mudou de posição ao se tornar evangélica.

Em entrevista ao jornal *Mensageiro da Paz*, Pelaes disse que “como ainda não conhecia Jesus Cristo”, defendia a bandeira por entender que “a mulher era ‘dona’ de seu corpo”.

“Coloquei o mandato à disposição de Deus. Hoje, eu defendo o direito à vida, o direito de viver tem que ser dado para todos.”

A professora Maria do Socorro Braga afirma que, diante de um cenário “tão conservador” no Senado e na Câmara, não vê um avanço da discussão.



Gabinete do presidente interino Michel Temer é formado apenas por homens (Foto: AP)

“Na última eleição, os partidos grandes perderam cadeiras para os mais conservadores, de origem cristã. Eles aumentaram muito seu poder dentro do Congresso e por isso a tendência é que esse debate não aconteça”, disse a professora da Ufscar.

“Cada vez mais estamos virando uma teocracia. Além disso, temos uma sociedade conservadora, que promove a santificação da maternidade. E com essa sobreposição da questão religiosa e desse fator cultural, a discussão não avança mesmo”, observou Débora Diniz.

### **Igualdade no mercado de trabalho**

Entre os avanços que veem no governo Dilma as entrevistadas citam a maior presença das mulheres no mercado de trabalho formal. Segundo elas, programas como Bolsa Família e políticas públicas de acesso à educação, como o Pronatec, permitiram que mais brasileiras tivessem registro em carteira.

Segundo relatório da ONU Mulheres Brasil de 2015, as mulheres são maioria entre as beneficiárias de programas sociais. E também estão mais presentes nas empresas e escolas.

“O programa do governo de Dilma em termos de políticas públicas teve um impacto significativo na vida das pessoas mais pobres, especialmente das mulheres negras”, diz Nadine Gasman, da ONU Mulheres Brasil.

Dados da entidade também mostram aumento de 800% no número de microempreendedoras individuais em seis anos, passando de 21 mil em 2009 para 2,1 milhões em 2014. Desse total, mais de 495 mil pertenciam ao Bolsa Família.

Para Jacira Melo, o programa teve uma participação importante na emancipação feminina já que nos mandatos de Dilma mulheres se tornaram titulares do benefício nas famílias. Antes, com Lula, homens também poderiam ser responsáveis pelo cartão.

“(Essa mudança) só acontece quando o governante tem a percepção de que, na família, as mulheres são uma unidade, não só um indivíduo. O parceiro, quando tem a titularidade, pode passar para frente o Bolsa Família, gastar com outras coisas; a mulher não.”



No governo Dilma, mulheres passaram a ser titulares do Bolsa Família (Foto: Agência Senado)

Além da concessão do Bolsa Família, a coordenadora da pós-graduação em Ciência Sociais da UERJ Clara Araújo cita as condições mais flexíveis de empréstimos no Minha Casa Minha Vida e em outros programas de crédito habitacional, o que beneficiaria as mulheres.

“Quando são chefes de família sem cônjuge e com filhos, as mulheres têm uma renda menor. Se não houver um olhar em relação a isso, elas serão sempre excluídas.”



Condições mais flexíveis do Minha Casa Minha Vida para mulheres foram elogiadas por especialistas (Foto: Roberto Stuckert Filho/PR)

No entanto, a professora critica o foco da maioria das políticas nas mães, deixando de lado as necessidades e desejos das mulheres mais jovens ou solteiras.

“Há sempre uma tensão entre afirmar as mulheres como sujeitas de si, como pessoas de direito só por serem mulheres, e o discurso da maternidade, de vê-las sobretudo como mães.”

Segundo as entrevistadas, outra medida favorável à emancipação feminina no governo Dilma foi a aprovação da “PEC das Domésticas”, emenda constitucional que amplia os direitos das empregadas domésticas. O texto que regulamenta a PEC foi publicado no Diário Oficial em junho de 2015 e garante sete novos direitos a essas profissionais, como auxílio-creche, seguro-desemprego e salário-família.

A lei que permite às empresas ampliarem a licença-paternidade de 5 para 20 dias também é mencionada como tópico positivo. Em março, Dilma sancionou o texto, que cria a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e permitiria que pais dividissem os cuidados com as crianças por mais tempo.

Por fim, a representante do Instituto Patrícia Galvão aponta que o feito mais importante de Dilma com relação a esse tema é a “construção cultural”.

“Tenho certeza que todas as gerações de mulheres agora veem como uma possibilidade real ocupar uma Presidência da República ou mesmo estar onde elas decidirem que querem estar no mercado de trabalho. Isso ninguém vai tirar, nem o impeachment.”

## **Combate à violência e ao feminicídio**

Colocar todas as ações previstas na Lei Maria da Penha em prática foi para Jacira Melo, do

Patrícia Galvão, um importante destaque do governo Dilma no combate à violência doméstica – tópico bem avaliado pelas especialistas consultadas.

“A sensibilidade (do governo) possibilitou ações significativas para acesso à Justiça e o acolhimento das mulheres nos espaços urbanos e rurais. Isso foi absolutamente novo”, diz Melo.

Ela cita também a lei que tipifica o crime de feminicídio (homicídios cuja motivação envolve o fato de a vítima ser mulher) e aumenta as penas previstas pelo Código Penal. O texto foi sancionado no Brasil em março de 2015.

A inauguração de centros de acolhimento de vítimas de violência, as Casas da Mulher Brasileira, está incluída nessas medidas, segundo Nalu Faria, da Marcha das Mulheres. No entanto, pondera, a ampliação dos centros não cumpriu o prometido – até agora, duas unidades foram abertas.

“O programa previa uma casa por capital, o que não foi feito, mas ao menos cria uma referência interessante para ser implementada.”

Flavia Piovesan, titular da Secretaria de Direitos Humanos no governo Temer, afirmou à BBC Brasil que o combate à violência contra a mulher é uma das prioridades do governo, junto às ações afirmativas para negros.

“(A prioridade) é como combater, prevenir e implementar de maneira mais plena a Lei Maria da Penha em todo o país.”



Inauguração de uma das Casas da Mulher Brasileira, medida elogiada por especialistas (Foto: Roberto Stucket Filho/PR)

## **Questão de gênero e diversidade sexual nas escolas**



Uma das grandes polêmicas durante o governo Dilma foi a da cartilha formulada pelo Ministério da Educação para abordar a questão de gênero e a diversidade sexual nas escolas públicas. Essa também era uma das pautas dos ativistas pela igualdade de gênero e acabou não avançando.

Logo que a notícia da cartilha, chamada “kit anti-homofobia”, surgiu em 2011, houve uma enxurrada de críticas, além de pressão da bancada evangélica e católica do Congresso - forçando um recuo de Dilma.

O kit era parte do projeto “Escola sem Homofobia” e tinha como objetivo abrir um debate nas escolas sobre temas como gênero e suas desigualdades, homofobia, diversidade sexual e luta pela cidadania LGBT.



Com o lema “Por uma vida sem violência: para mim, para nós, para todas”, mulheres protestam pela implementação da Lei Maria da Penha (Foto: Agência Brasil)

“Não se trata de recuo. Se trata de um processo de consulta que o governo passará a fazer, como faz em outros temas também, porque isso é parte vigente da democracia”, disse Dilma à época. O tema não voltou mais à tona desde então.

Para Maria do Socorro Braga, assim como a discussão o aborto, essa também não vai evoluir por causa do Congresso “conservador”.

“Essas questões não vão ser colocadas em pauta em um Congresso tão conservador. Além disso, hoje temos uma grande parte da população que rejeita a pauta mais progressista”, analisou.

Já Flávia Piovesan considera esse tema como uma de suas prioridades.

“Acho muito importante termos o diagnóstico: onde estamos e para onde vamos. E uma das

minhas prioridades é trabalhar a questão da homofobia. Não podemos admitir desperdício de vidas em razão da intolerância pela diversidade sexual.”

*Ingrid Fagundez e Renata Mendonça*

---

## **Dilma diz que impeachment é segundo golpe de estado que enfrenta na vida**

*Senado aprovou nesta quarta, por 61 a 20, afastamento definitivo da petista. Dilma fez pronunciamento a jornalista no Alvorada após decisão de senadores*

Em seu primeiro pronunciamento após a aprovação do impeachment pelo Senado, a agora ex-presidente Dilma Rousseff afirmou nesta quarta-feira (31) que a decisão dos senadores é o segundo golpe de estado que enfrenta na vida. A petista disse ainda que os senadores que votaram pelo seu afastamento definitivo rasgaram a Constituição e consumaram um golpe parlamentar.

[\(G1/Política, 31/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)

“Apropriad-se do poder por um golpe de estado. É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar apoiado na truculência das armas da repressão e tortura que me atingiu quando era jovem. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.” *Leia ao final desta reportagem a íntegra do discurso de Dilma.*

***Leia mais:*** [Da guerrilha ao impeachment: A trajetória da primeira mulher presidente do Brasil \(Brasil Post, 31/08/2016\)](#)

A petista comparou ainda a decisão do Senado a uma “eleição indireta” que substituiu o resultado das eleições de 2014, em que ela foi reeleita. E afirmou que irá “recorrer em todas as instâncias possíveis” contra o impeachment.

“Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal, decidiram pela interrupção do mandato de uma presidente que não cometeu crime. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar”, disse.

Dilma fez o pronunciamento no Palácio da Alvorada, em Brasília, ao lado de um grupo de aliados, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também acompanharam o discurso cerca de 30 manifestantes contrários ao impeachment que protestavam em frente ao Alvorada e foram autorizados a entrar.

O plenário do Senado aprovou nesta quarta, por 61 votos favoráveis e 20 contrários, o impeachment de Dilma Rousseff. A presidente afastada foi condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal - as chamadas “pedaladas fiscais” no Plano Safra e

os decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional, mas não foi punida com a inabilitação para funções públicas. Com isso, ela poderá se candidatar para cargos eletivos e também exercer outras funções na administração pública.

Leia a íntegra do discurso de Dilma após a aprovação do impeachment pelo Senado:

*“Eu queria cumprimentar o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Cumprimento todos os senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens de meu País.*

*Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.*

*Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado.*

*É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.*

*É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.*

*Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis aprovadas e sancionadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.*

*O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.*

*Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment.*

*Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido ou os partidos aliados que me apoiam hoje. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.*

*O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua própria história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.*

*O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito e da violência.*

*Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54,5 milhões de votos e pessoas que assumiram e consubstanciam esses votos, que os depositaram nas urnas, me aprovando pela segunda vez para a Presidência Federativa do Brasil. Falo aos 110 milhões que participaram dessas eleições, que saíram de suas casas e que foram colocar o seu desejo, o seu interesse e aquilo que aspiram para o Brasil dentro da urna indevassável.*

*Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.*

*A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta.*

*Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer. Repito: Haverá contra eles a mais determinada oposição que um governo golpista pode sofrer.*

*Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz, que ninguém devia ter medo de ter esperança porque muitas vezes nós, lutando, conseguimos conquistar essa esperança e transformá-la em realidade. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso País.*

*Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Não voltaremos apenas para satisfazer nossos desejos ou nossas vaidades. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.*

*Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.*

*Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.*

*Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, e combati a desigualdade.*

*Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria, mais uma vez não gostaria, de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles, como já o foi em décadas passadas.*

*Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês*



*podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da República, a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada poderá nos fazer recuar.*

*Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer “até daqui a pouco”. Ou eu ou outros assumirão esse processo. Eu, a partir de agora, lutarei incansavelmente para continuar a construir um Brasil melhor. E tenho certeza que outros e outras assumirão no futuro um papel que está baseado na eleição direta, na escolha direta dos governantes pelo povo.*

*Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:*

*“Não estamos alegres, é certo,  
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?  
O mar da história é agitado  
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,  
Rompê-las ao meio,  
Cortando-as como uma quilha corta.”*

*Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, às mulhere e aos homens do meu país. E um abraço especial a todos os homens e mulheres que compartilham comigo a crença na democracia e o sonho da justiça. Da justiça em todas as suas dimensões. Muito obrigada.”*

*Filipe Matoso  
Do G1, em Brasília*

---

## **Carta da Frente Brasil Populal para a Presidenta Dilma, após o GOLPE consolidado no Senado**

**Companheira Presidenta  
Dilma Rousseff**

Primeiramente, como dizem as ruas, fora Temer!

A maioria dos senadores brasileiros dobrou-se à fraude e à mentira, aprovando um golpe parlamentar contra a Constituição, a soberania popular e a classe trabalhadora.

As forças reacionárias, ao interromper vosso legítimo mandato, impuseram um governo usurpador, que não esconde seu perfil misógino e racista.

Atropelaram o resultado eleitoral, condenaram uma mulher inocente e sacramentaram o mais grave retrocesso político desde o golpe militar de 1964.

Esta ruptura da ordem democrática materializa os propósitos antipatrióticos e antipopulares das elites econômicas, empenhadas em privatizar o pré-sal, as companhias estatais e os bancos públicos, além de vender nossas terras para estrangeiros, comprometendo a produção nacional de alimentos e o controle sobre as águas.

Os golpistas querem, entre outras medidas, reduzir investimentos em saúde, educação e moradia, eliminar direitos trabalhistas, acabar com a vinculação da aposentadoria básica ao salário mínimo, enterrar a reforma agrária e esvaziar programas sociais.

A agenda dos usurpadores rasga as garantias da Constituição de 1988 e afronta as conquistas obtidas durante os governos do presidente Lula e o da companheira, com o claro intuito de favorecer os interesses das oligarquias financeiras, industriais, agrárias e midiáticas, aumentando seus lucros em detrimento dos trabalhadores e das camadas médias.

Durante os últimos meses, ao lado da companheira, resistimos contra o golpe institucional por todo o país. Milhões de brasileiros e brasileiras participaram de manifestações e protestos, em esforço unitário para defender a democracia, os direitos populares, a soberania nacional e o resultado das urnas.

A voz da companheira, em discurso de 29 de agosto frente a seus julgadores, nos representa. Ali se fez ouvir, com dignidade e audácia, a verdade sobre o golpe em curso, sua natureza de classe e sua ameaça ao futuro da nação, pois os usurpadores não escondem sua submissão aos centros imperialistas e buscam destruir a política externa independente construída a partir de 2003.

Hoje a resistência apenas começa. Nas ruas e nas instituições. Nos locais de estudo, trabalho e moradia. Mais cedo do que pensam os usurpadores, o povo brasileiro será capaz de rechaçar seus planos e retomar o caminho das grandes mudanças.

Nossa luta contra o governo golpista e seu programa para retirada de conquistas será implacável. Buscaremos a unidade e a mobilização das mais amplas forças populares, combatendo sem cessar, até derrotarmos a coalizão antidemocrática que rompeu com o Estado de Direito.

Estamos certos de que a companheira continuará a inspirar e protagonizar a resistência contra o golpismo.

Do mesmo lado da trincheira e da história, lutaremos até a vitória de um Brasil democrático, justo e soberano.

Brasília, 31 de agosto de 2016

## **Frente Brasil Popular**

### ***Participam da Frente Brasil Popular (por ordem alfabética)***

**ABGLT** - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**Abrasco** - Associação Brasileira de Saúde Comunitária

**Adere** - Movimento dos Assalariados Rurais

**A Marighella**

**ANA** - Associação Nacional de Agroecologia

## **Associação de Advogados da União pela Democracia**

**ANPG**- Associação Nacional dos Pós-Graduandos

## **Ainda MG**

**ATRAF** (Associação dos Trabalhadores de Franca)

## **Barão de Itararé**

**CBJP** - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

**CEBES** - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

**CEBRAPAZ** (Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz)

**CMP** (Central de Movimentos Populares)

**CONAM** (Confederação Nacional das Associações de Moradores)

**CONAQ** - Movimento Nacional dos Quilombolas

**CONEN** (Confederação Nacional de Entidades Negras)

## **Consulta Popular**

**CONTAG** (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)

**CPT** - Comissão Pastoral da Terra

**CTB** (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

**CUT** (Central Única dos Trabalhadores)

## **ESTOPIM**

## **FETRAF Brasil**

## **Fora do Eixo**

**FNDC** (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação)

## **Fórum Político Interreligioso**

**FEAB** (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil)

## **Federação dos Metalúrgicos do RS**

## **Fórum 21**

**FUP** (Federação Única dos Petroleiros)

## **Grupo ACONTECE - Arte e Política LGBT**

## **INESC**

## **Igrejas**

**INMA** (Instituto Nacional do Meio Ambiente)

## **Juventude Revolução**

## **Levante Popular da Juventude**

## **Marcha Mundial das Mulheres**

## **Mídia Ninja**

**MCP** (Movimento Camponês Popular)

**MTD** (Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos)

**MLT** (Movimento de Luta por Terra)

**MMC** (Movimento de Mulheres Camponesas)

**MAB** (Movimento dos Atingidos por Barragens)

**MPA** (Movimento dos Pequenos Agricultores)

**MST** (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra)

**MOTU** (Movimento dos Trabalhadores Urbanos)

**MAM** (Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração)

**MNLN** - Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo

## **Movimento Nacional de Rádios Comunitárias**

## **Movimento da Reforma Sanitária Brasileira**

## **Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil**

## **Movimento Fé Brasil**

## **Nação Hip Hop Brasil**

## **Pastorais Sociais**

### **Rede de Médicas/os Populares**

**RENAP** (Rede Nacional de Advogados Populares)

### **Sindsesp SP**

**Sindieletro MG** (Sindicato dos Eletricitários de Minas)

**SENGE-Rio** (Sindicato dos Engenheiros do Estado - RJ)

**Sindute MG** (Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerais)

**UBES** (União Brasileira de Estudantes Secundaristas)

**UBM** (União Brasileira de Mulheres)

**UJS** (União da Juventude Socialista)

**UNEGRO** (União de Negros Pela Igualdade)

**UNE** (União Nacional de Estudantes)

**UNMP** (União Nacional por Moradia Popular)

### **Via campesina**

---

# **[The Guardian: mulheres lutam contra o impeachment sexista de Dilma](#)**

*A matéria foi publicada no jornal britânico com tradução publicada no portal Vermelho*

**[\(Vermelho, 31/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

Quando ela era presidente, o governo de Dilma Rousseff nem sempre gerou solidariedade entre as feministas. Houve muitas vezes uma linha marcada entre aqueles que tentaram trabalhar com seu governo no desenvolvimento de melhores políticas públicas e aqueles que rejeitaram seu governo, citando a falta de avanços em direitos reprodutivos, na esfera política e na educação durante seu mandato.

No entanto, quase todas as feministas concordam que seu impeachment foi sexista e discriminatório. Não apenas existem muitos políticos do sexo masculino que praticaram as tais pedaladas fiscais anteriormente - uso de recursos de bancos públicos para financiar programas sociais federais ou estaduais - aparentemente, sem quaisquer consequências, mas aqueles que votaram em seu impeachment estão sendo investigados por corrupção para ganho pessoal. Embora auditores independentes tenham descoberto que Rousseff não teve nenhuma participação nas pedaladas fiscais.

Desde o impeachment de Rousseff, milhares de mulheres em todo o Brasil se reuniram para expressar solidariedade com ela. Novos movimentos, como Mulheres Pela Democracia, surgiram, mulheres marcharam em protesto e até mesmo enviaram cartas para Rousseff, uma demonstração de empatia com a injustiça de sua expulsão e um alerta para as implicações futuras disso.

O congresso mais conservador desde o fim da ditadura militar no Brasil é agora responsável por um golpe político e por ataques crescentes aos direitos das mulheres.

Antes mesmo do impeachment, os políticos já haviam passado uma série de propostas desbastando os direitos das mulheres, incluindo um projeto de lei para definir a personalidade a partir do momento da concepção, e outra para definir a “família” na constituição como a união de um homem, uma mulher e seus filhos. Além disso, foram introduzidas formas de proibir a discussão de gênero no Plano Nacional de Educação e para criminalizar o aborto legal de vítimas de estupro. Houve ainda movimentos para fazer com que seja difícil acessar a contracepção de emergência e para aumentar a pena para o aborto.

Ao mesmo tempo, nenhum dos velhos problemas foi embora: a violência contra as mulheres ainda é endêmica e há uma aceitação generalizada da violência sexual na sociedade. Mais de 1 milhão de mulheres se submetem a abortos ilegais a cada ano.

No entanto, as mulheres têm lutado em números muito maiores e com vigor renovado. Em outubro do ano passado, durante o que foi apelidado de “spring feminista” do Brasil (Primavera das Mulheres), centenas de milhares de mulheres protestaram nas ruas e através das mídias sociais contra a violência sexual, pedofilia e as leis sexistas que visam limitar os seus direitos reprodutivos.

Mulheres e meninas mais jovens estão usando as mídias sociais e a tecnologia para se informar, debater e mobilizar. Elas declararam o seu apoio ao feminismo através de campanhas como: #MeuPrimeiroAssedio e #ForaCunha, que visam suprimir o político Eduardo Cunha.

No mês passado, centenas de milhares de mulheres unidas em todo o Brasil e na Argentina sob a bandeira: Por Todas Elas (para todas as mulheres), protestaram contra a cultura do estupro, depois que 33 homens estupraram uma menina de 16 anos de idade, no Rio de Janeiro.

Entre outubro de 2015 e janeiro 2016, a busca pela palavra “feminismo” no Google no Brasil aumentou 86%. Mais mulheres começaram a identificar-se como feminista, e até mesmo começou a utilização de um novo vocabulário, como a palavra “sororidade” - que não existe nos dicionários brasileiros e era praticamente desconhecida até 2015 - para descrever a solidariedade com outras mulheres.

Infelizmente, apesar do aumento da mobilização feminista, a situação ainda é sombria. O novo governo de Michel Temer tem regredido em termos de direitos das mulheres e das minorias e grupos indígenas. Sob a sua administração toda branca, toda de homens, os políticos estão tentando minar a Lei Maria da Penha, que foi uma vitória histórica na luta pela diminuição da violência doméstica e apoio as vítimas.

No entanto, o insulto final para as mulheres foi a nomeação da conservadora Fátima Pelaes como secretária de políticas para as mulheres. Pelaes já havia declarado que ela não aceita o aborto como uma opção legal para as mulheres que foram estupradas. Talvez não seja surpresa saber que desde que o governo interino assumiu o poder, o Fórum Econômico Mundial calculou que o país caiu no seu ranking da igualdade da posição 85, em 2015, para o número 107.

Em um ensaio, o golpe Patriarcal, Maria Betânia Ávila, socióloga, pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, e membro da Articulação de Mulheres Brasileiras, escreve: “O movimento feminista [no Brasil] está mostrando a sua capacidade de resistência e mobilização em defesa do mandato da primeira mulher presidente democraticamente eleita e pela legalidade democrática. Este é um confronto com o patriarcado, com chauvinistas

masculinos e neoliberais “.

Em meio aos gritos de “Fora, Temer!”, as feministas estão lembrando da necessidade de restabelecer Rousseff para assegurar que os futuros governos implementem reformas e políticas públicas que garantam os direitos humanos e a dignidade social e de combate à desigualdade. E pretendem continuar a gritar: “Sem as mulheres, não há democracia. Sem feminismo, não há democracia. ”

Ani Hao

---

## [E não morrer tentando, por David Alandete](#)

*(El País, 12/08/2016) Não é que seja difícil para a mulher na política; é quase impossível*

Mandona, rígida, arrogante, orgulhosa, petulante. São adjetivos que diversos políticos e comentaristas conservadores do Brasil dedicaram à presidenta Dilma Rousseff na longa temporada em que procuraram motivos para sua destituição. Em alguns casos, não a criticaram só por sua personalidade, mas também por sua falta de feminilidade e seu gosto por roupas de corte masculino e que não a favorecem.



Rousseff, rodeada de colaboradores, em abril (Foto: U. Marcelino/Reuters)

Em abril, a revista *IstoÉ* levou essas críticas ao ponto culminante. Publicou em sua capa a cara

de uma Dilma descontrolada, com o título: “As explosões nervosas da presidente”. Um trecho da reportagem: “[Sua] maneira temperamental de lidar com as situações não é nova, embora tenha se agravado nas últimas semanas”. Uma expressão implicitamente machista: Dilma estava histérica.



Capa da revista 'IstoÉ' (Foto: Reprodução)

A imprensa conservadora parecia muito mais contente com a chegada de um homem como Michel Temer ao poder. Sobre sua mulher, a primeira-dama em exercício Marcela Temer, a revista *Veja* proclamou que era “linda, recatada e do lar”. A matéria elogiava sua feminilidade, de acordo com seu lugar de mulher à sombra.

Parece, portanto, que o principal erro de Dilma foi ter tido ambições políticas. Inclusive me atreveria a dizer que seu pior erro foi ter sido mulher. Ponto. Alimenta essas suspeitas o fato de que, recentemente, o congressista Jean Willys tenha revelado à *BBC* que em Brasília havia escutado muitas vezes de colegas legisladores a expressão de que a presidenta é “incompetente porque é mulher”.

Rousseff, infelizmente, não está sozinha. A julgar pelo tom das críticas à norte-americana Hillary Clinton, parece que ambas as líderes sofrem do mesmo mal: fome de poder e autossuficiência. A condescendência masculina com as duas fica evidente no fato de que, para referir-se a elas, costumam-se empregar seus primeiros nomes.





Clinton, o 11 de agosto (Foto: AFP)

O intenso machismo na política fica evidente com os motivos usados para criticar Clinton, que foi senadora e ministra de Relações Exteriores, além de uma aluna brilhante e advogada bem-sucedida. Poucas pessoas se prepararam tanto para ocupar a Presidência norte-americana. Não importa. O que se destaca dela é que foi primeira-dama, que deve tudo a seu marido, que não o abandonou quando este a traiu e que, de todo jeito, ela não cai bem, pois é fria e calculista. Não é tanto o currículo, mas sua personalidade.

Sobre Clinton foram escritos artigos descrevendo seu decote (no *The Washington Post*), a cor de suas jaquetas (*Fox News*), especulando sobre se fez botox (rádio *KSFO*) e seu estilo dominante (*Bloomberg*). Duas colunistas opostas, irreconciliáveis, como Peggy Noonan à direita e Maureen Dowd à esquerda, coincidem que Clinton “ainda deve demonstrar que é uma mulher” e que é “o candidato mais masculino”. Outro ponto de destaque desses despropósitos foi o de um comentarista da rede de TV *NBC*, que disse que Clinton tenta demonstrar que, “embora seja uma mulher, pode ser dura na defesa e aprovar ataques, não deixando as tropas de lado.”

Segundo parte da imprensa conservadora, algo similar está acontecendo com Angela Merkel, perdida numa deriva isolacionista, abrindo as fronteiras aos refugiados sem escutar os sábios homens de seu partido que a teriam levado a outro caminho. Não é só uma questão de



princípios, mas também de estilo. Quantas vezes foi lembrado que a chanceler alemã tem 70 paletós do mesmo modelo em diversas cores, para exibir com calças escuras? Parece que isso é tão ou mais importante que seu ideário político, junto com essa personalidade austera, espartana, carente de carisma. Porque, de novo, é mais importante a personalidade que as conquistas profissionais.

Por outro lado, que adjetivo não terá sido utilizado com Theresa May, nova premiê britânica? Alguns exemplos extraídos das notícias em inglês: “resoluta”, “difícil”, “teimosa”, “imprevisível”, “moralista” e - o mais comum - “de ferro”, pois parece que, para liderar o Reino Unido, as mulheres devem se submeter previamente a um banho metalúrgico que as torne mais resistentes. O *Daily Mail* inclusive chegou a publicar uma ampla reportagem sobre como May não pôde ter filhos, afirmando que seu “olhar de aço nos enfrentamentos com os ministros” dava lugar a uma atitude “muito mais relaxada diante da mesa da cozinha”.



Merkel e May em Berlim o 20 de julho. (Foto: Tobias Schwarz/AFP)

Com esses exemplos, é até compreensível que Margaret Thatcher, após chegar ao cargo de primeira-ministra, tenha decidido nunca deixar sua bolsa de lado e fazer anunciadas visitas ao mercado para ressaltar seu lado feminino. O mesmo foi feito por Golda Meir em Israel, que, como Thatcher, costumava cozinhar para seus ministros. E digo bem: ministros. Nenhuma das duas teve o detalhe de escolher uma única mulher para formar o gabinete.



Margaret Thatcher (Foto: Archivo)

Não se deixe enganar: não é que seja difícil para a mulher na política; é quase impossível. As que realizam seus objetivos não são apenas vencedoras. São quase sobre-humanas. Superaram os obstáculos externos e os seus próprios. A saber: serem masculinas ou femininas demais; temperamentais ou de ferro; teimosas ou muito fracas. Tudo isso suportando o escrutínio constante e minucioso de cada parte de sua vestimenta e aspecto físico. Pode ser que, dentro de meio ano, haja três chefas de Governo em três potências do quilate de Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Qualquer um diria, no entanto, que não avançamos nada em meio século.

***O título faz referência ao clássico romance feminista espanhol de 1991, Como ser mulher e não morrer na tentativa***

***Acesse no site de origem: [E não morrer tentando, por David Alandete \(El País, 12/08/2016\)](#)***